

Coordenador de equipa de inspecção da DPIT I na D. F. Viseu desde 1997 até 2003.

Funções de inspecção tributária interna e externa desde 1987, no âmbito do IVA, impostos sobre o rendimento e património.

Delegado da Fazenda Pública nas comissões de revisão (artigo 85.º do CPT) e perito da Fazenda Pública das listas distritais de revisão (artigo 91.º da LGT), desde 1997.

Representante da Fazenda Pública em comissões de credores em vários processos de falência no âmbito do CPEREF.

Perito em tribunal administrativo e fiscal e tribunal judicial.

Participação em reuniões e coordenação de acções distritais de inspecção no âmbito da UCLEFA, protocolo de cooperação da DGCI com DGAIEC, IGAE, GNR-BF.

Formador distrital do D. C. único e nas áreas de contabilidade e fiscalidade.

IV — Carreira profissional

Professor do ensino secundário de 31 de Outubro de 1984 a 1 de Fevereiro de 1987, na área de Matemática.

Ingresso na DGCI em 2 de Fevereiro de 1987, com a categoria de TVT 2, a prestar serviço de inspecção tributária na Direcção de Finanças de Lisboa.

Transição para perito de fiscalização tributária de 2.ª, da D. F. Lisboa, em 13 de Janeiro de 1988.

Perito de fiscalização tributária de 2.ª com provimento definitivo na D. F. Viseu, em 17 de Novembro de 1988.

Perito de fiscalização tributária de 1.ª (IT nível 2), desde 3 de Abril de 1997, na D. F. Viseu.

Inspector tributário principal (grau 5 do GAT) desde 30 de Novembro de 2004, na D. F. Viseu.

V — Formação profissional

Além dos cursos de preparação para ingresso nas diversas categorias e dos cursos normais de formação e actualização fiscal, jurídica e contabilística, destacam-se ainda os seguintes:

Frequência do Seminário de Alta Direcção do INA, 2.ª edição, DGCI, de 27 de Setembro a 1 de Outubro de 2004;

Gerir, motivar e garantir o sucesso das equipas e seminário, para dirigentes, «Liderança»;

Curso de preparação pedagógica de formadores;

Normas internacionais de contabilidade, consolidação de contas, análise de balanços e revisão de contas, mercados financeiros;

Auditoria informática, técnicas de inspecção assistida por computadores, Data Warehouse;

Comércio electrónico/IVA, combate à fraude em carrossel IVA, preços de transferência;

Reforma da tributação do património, metodologia do acompanhamento permanente.

Despacho n.º 16 639/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 13 de Janeiro de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão de Prevenção e Inspecção Tributária II da Direcção de Finanças de Viseu, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as nove candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José Alcide Bento cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o inspector tributário principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciado José Alcide Bento para o cargo de chefe da Divisão de Prevenção e Inspecção Tributária II da Direcção de Finanças de Viseu.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 5 de Julho de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

5 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — José Alcide Bento;

Data de nascimento — 12 de Fevereiro de 1950;

Naturalidade — Estevas, freguesia de Castelo Branco, concelho de Mogadouro;

Nacionalidade — portuguesa;

Morada — Viseu.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Contabilidade e Auditoria, obtida no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, em 1997, com a classificação de 13 valores;

Bacharelato em Contabilidade e Administração, obtido no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, com a classificação de 13 valores.

3 — Experiência profissional:

Cargo actual — chefe de divisão da DPIT II, em regime de substituição, área da inspecção tributária, na Direcção de Finanças de Viseu, desde Junho de 2002;

Categoria profissional — inspector tributário principal, da carreira do GAT, da Direcção-Geral dos Impostos, desde 1998.

Percursos:

Em 15 de Maio de 1978 ingresso na DGCI, como contabilista, com funções de técnico verificador tributário, área da fiscalização tributária;

Concursos de habilitação a perito de fiscalização tributária de 2.ª e 1.ª classes e inspector tributário principal;

Funções de fiscalização tributária de 15 de Maio de 1978 até 1992;

Em 1993, chefia do núcleo de fiscalização dos contribuintes com contabilidade organizada na Direcção de Finanças de Viseu;

De 1994 até Maio de 2002 chefia de equipas de inspectores tributários, na área da inspecção tributária;

A partir de Maio de 2002 chefe de divisão em regime de substituição;

Delegado da Fazenda Nacional para as comissões, em diversos anos como presidente;

Vogal por parte da Fazenda Nacional nas comissões de revisão;

Perito da Fazenda Nacional para as comissões de revisão;

Perito da Fazenda Nacional junto do Tribunal Tributário nas impugnações.

4 — Formação profissional:

Seminário de alta direcção, no Instituto Nacional de Administração;

Cursos de habilitação de entrada na DGCI e de acesso às categorias de perito de fiscalização de 2.ª e 1.ª classes;

Diversos cursos de reciclagem com a duração de 1 a 15 dias nas áreas de chefia, auditoria contabilística, informática e direito tributário.

Despacho n.º 16 640/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 11 de Janeiro de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Viseu, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as três candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José Borges Capucho cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o técnico de administração tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos José Borges Capucho para o cargo de chefe de divisão de Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Viseu.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 5 de Julho de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

5 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Curriculum vitae

(resumido)

Nome — José Borges Capucho.

Estado civil — casado.

Data de nascimento — 8 de Março de 1952.

Naturalidade — Póvoa Nova, São Martinho, Seia.

Morada — Rua da Pedreira, 109, Repeses, 3500-687 Viseu.

Habilitações literárias — curso complementar dos liceus.

Formação complementar:

Curso de inglês por correspondência da AFHA, curso de desenhador de construção civil e curso de Excel — Universidade Aberta;

Frequência de várias acções e formação e participação em seminários diversos no âmbito da justiça tributária, impostos sobre o rendimento e impostos sobre o património;

Cursos de preparação pedagógica de formadores, chefia e liderança, gestão de recursos humanos, contabilidade geral e analítica, informática e investigação criminal, gestão pela qualidade na administração tributária e SAD — seminário de alta direcção — INA.

Percurso profissional:

Ingressou na DGCI, em 24 de Abril de 1970, com a categoria de aspirante estagiário provisório;

Nomeado aspirante estagiário em 3 de Novembro de 1972;

Nomeado técnico tributário em 30 de Outubro de 1981;

Nomeado perito tributário de 2.ª classe em 14 de Janeiro de 1985;

Nomeado perito tributário de 1.ª classe em 3 de Outubro de 1991;

Nomeado subdirector tributário em 30 de Dezembro de 1996.

Experiência profissional:

Adjunto de chefe de repartição de Finanças de Viseu-2, de 19 de Dezembro de 1983 a 2 de Outubro de 1991;

Chefe de repartição de finanças de 1.ª classe de Gouveia, desde 3 de Outubro de 1991 a 11 de Fevereiro de 1993;

Chefe de repartição de finanças de 1.ª classe de Tondela, desde 16 de Fevereiro de 1993 a 29 de Dezembro de 1996;

Representante da Fazenda Pública junto do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Viseu, desde 30 de Dezembro de 1996;

Presidente das comissões de revisão do artigo 85.º do CPT, desde 30 de Dezembro de 1996 até à sua extinção;

Chefe de divisão de Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Viseu, em regime de substituição, desde 20 de Janeiro de 2000 até à presente data, com competências delegadas e sub-delegadas do director de finanças na respectiva área.

Experiência na área da formação:

Monitor distrital do 5.º estágio, de Outubro 1985 a Novembro de 1986;

Formador do CF nas áreas da justiça tributária, impostos sobre o património e direito de família;

Conferencista em palestras sobre a responsabilidade dos gerentes desportivos e da reforma do património.

Despacho n.º 16 641/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 11 de Janeiro de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe da Divisão de Tributação da Direcção de Finanças de Viseu, ao qual compete desenvolver as acti-

vidades previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as cinco candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Válder José Ribeiro Lopes cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o técnico de administração tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos Válder José Ribeiro Lopes para o cargo de chefe da Divisão de Tributação da Direcção de Finanças de Viseu.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 5 de Julho de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

5 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Válder José Ribeiro Lopes;

Data de nascimento — 12 de Maio de 1952;

Naturalidade — Barreira, Meda, Guarda;

Estado civil — casado;

Morada — Avenida de Santa Beatriz, 45, Viso Norte, 3505-550 Viseu.

2 — Habilitações literárias — curso geral dos liceus.

3 — Evolução na carreira:

Aspirante — em 4 de Janeiro de 1972 (RF de Braga, Terras do Bouro e Tondela);

Técnico verificador tributário — em 30 de Outubro de 1981 (RF de Tondela);

Perito tributário de 2.ª classe — em 25 de Janeiro de 1985;

Perito tributário de 1.ª classe — em 3 de Outubro de 1991, após aprovação para perito tributário de 1.ª classe e perito do contencioso tributário de 1.ª classe;

Técnico da administração tributária principal — em 17 de Dezembro de 2004.

4 — Cargos exercidos:

Adjunto de chefe de 2.ª classe da RF de Ílhavo — de 25 de Janeiro a 26 de Dezembro de 1985;

Chefe de 1.ª classe (em substituição) da RF de Gouveia — de 27 de Dezembro de 1985 a 2 de Outubro de 1991;

Chefe do 1.º Serviço (em substituição) de DF de Viseu — de 3 de Outubro de 1991 a 19 de Dezembro de 1993;

Chefe da equipa A-IR da Divisão de Tributação — de 20 de Dezembro de 1993 a 5 de Maio de 1994;

Chefe da Divisão de Tributação da DF de Viseu — desde 6 de Maio de 1994.

5 — Formação complementar:

Frequência do seminário de alta direcção — INA.

Curso «Gestão e estatística»;

Curso «Introdução à organização e gestão de recursos humanos»;

Curso «Chefia e liderança»;

Curso «Direcção e avaliação da gestão»;

Curso «Preparação pedagógica de formadores»;

Curso «Relações interpessoais»;

Curso «Trabalho de equipa»;

Curso «Microinformática»;

Curso «Gestão pela qualidade na Administração».

Despacho n.º 16 642/2005 (2.ª série). — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 13 de Janeiro de 2005, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de chefe de divisão de Planeamento e Coordenação da Direcção de Finanças de Viseu, ao qual compete